



MARCAS DE ORALIDADE E TEMPORALIDADE LINGÜÍSTICA: ESTUDO SOBRE AS FORMAS CLÍTICAS EM TRADUÇÕES DE *DON QUIJOTE* PARA O PORTUGUÊS

MARCAS DE ORALIDAD Y TEMPORALIDAD LINGÜÍSTICA: ESTUDIO SOBRE LAS FORMAS CLÍTICAS EN TRADUCCIONES DEL *DON QUIJOTE* AL PORTUGUÊS

Leandra Cristina de Oliveira¹
Beatrice Távora²

Resumo: A posição sintática das formas clíticas em línguas latinas é objeto amplamente descrito nos estudos linguísticos (BERTA, 2003; CYRINO, 1993; NIEUWENHUIJSEN, 2006, PETROLINI JR., 2014), haja vista as expressivas mudanças por que passa esse sistema ao longo dos séculos, bem como os contrastes que apresenta quando em tela normas inter e intralingüísticas. Situado em um núcleo de pesquisa que coaduna interesses da Linguística e dos Estudos da Tradução – *estudos em corpus do espanhol escrito com marcas de oralidade* (CEEMO) –, este debate analisa as estratégias tradutórias vislumbradas no conjunto de três versões da obra *Don Quijote de la Mancha* em português, objetivando debater sobre o conflito de normas nesse também concreto uso da linguagem. Entram em discussão a *temporalidade* linguística, debatido como um problema sociolingüístico a ser considerado na tradução (HURTADO ALBIR, 2001), e o campo teórico das *marcas de oralidade nos textos escritos* (KOCH; OESTERREICHER, 2007; MARCUSCHI, 2001). À luz desses debates e recortando o fenômeno da posição das formas clíticas, o estudo aponta estratégias tradutórias distintas, no que diz respeito à preservação ou distanciamento da estilística cervantina.

Palavras-chave: clíticos; problemas de tradução; conflito de normas.

Resumen: La posición sintáctica de los clíticos en las lenguas latinas es un objeto ampliamente descrito en los estudios lingüísticos (BERTA, 2003; CYRINO, 1993; NIEUWENHUIJSEN, 2006, PETROLINI JR., 2014), teniendo en cuenta los cambios expresivos por el que pasa este sistema a lo largo de los siglos, así como los contrastes que presenta inter e intralingüísticamente. Situado en un núcleo de investigación que concilia intereses de la Lingüística y de la Traducción – *estudios en corpus del español escrito con marcas de oralidad* (CEEMO) –, este debate analiza las estrategias de traducción vislumbradas en el conjunto de tres versiones de la obra *Don Quijote de la Mancha* en portugués, objetivando debatir sobre el conflicto de normas en este uso concreto del lenguaje. Participan de la discusión la *temporalidad* lingüística, discutida como un problema sociolingüístico a ser considerado en la traducción (HURTADO ALBIR, 2001), y el campo teórico de las *marcas de oralidad en los textos escritos* (KOCH; OESTERREICHER, 2007; MARCUSCHI, 2001). A la luz de estos debates y recortando el fenómeno de la posición de las formas clíticas, el estudio identifica estrategias de traducción distintas, en lo que concierne a la manutención o distancia de la estilística cervantina.

Palabras-clave: clíticos; problemas de traducción; conflicto de normas.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. leandra.oliveira@ufsc.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9548-9651>

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. tavorabeatrice@gmail.com
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9692-1936>

1. INTRODUÇÃO

Quando no início do século XVII Miguel de Cervantes escrevia *Don Quijote de la Mancha*³, talvez não imaginasse que, passados quatro séculos, sua obra continuaria à luz dos interesses de milhares de leitores das mais diferentes línguas e culturas.⁴ Considerado o livro de ficção mais lido do mundo, a obra ocupa uma posição canônica na literatura hispânica e enquadra-se, seguramente, no conceito de “clássico” proposto por Calvino (2007, p. 11): um texto que nos chega “trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”, em síntese, “um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”.

Suas traduções e retraduições podem ser consideradas expressões dessas inúmeras leituras e permitem potencializar aquilo que ele nunca termina de dizer, através de um “movimento histórico” como postulado por Berman (2013, p. 158). Em português, são sete as traduções que circulam no Brasil⁵, duas delas na variedade ibérica da língua. Não foram poucos os desafios enfrentados pelos tradutores nessa empreitada permeada por negociações e pela hierarquização de prioridades a serem retextualizadas, conceitos trazidos à luz do que discute Eco (2008), e tema que retomamos na seção 2.1.

Diante de seu alcance global, não nos causa surpresa o amplo interesse que a obra, em suas diferentes edições na língua fonte (o espanhol) e nas edições traduzidas, vem despertando a pesquisadores de diferentes campos. Com o intuito de endossar as contribuições à grande área de Letras, nesta pesquisa, estabelecemos um diálogo entre a Linguística e os Estudos da Tradução, através de um olhar multidisciplinar sobre os movimentos tradutórios entre sistemas (do espanhol e do português) amplamente debatidos em estudos linguísticos.

Considerando que as marcas de oralidade e o efeito de verossimilhança na construção de falas e diálogos remetem a distintos projetos tradutórios, cujo resultado final parece conjugar a leitura subjetiva do tradutor, seu trabalho de pesquisa sobre a obra, bem como os aspectos mercadológicos, recortamos o fenômeno das formas clíticas para uma discussão histórico-contrastiva dos sistemas das línguas em tela, refletindo sobre as escolhas aplicadas nas traduções da obra *Don Quijote de la Mancha*. A amostra em análise busca dar conta de contextos espaço-temporais distintos, contemplando as traduções realizadas por: Viscondes de Castilho e Azevedo e Pinheiro Chagas (1876), Sérgio Molina (2002) e Ernani Ssó (2012). Neste texto, a seção que contextualiza a amostra selecionada aparece após (i) o debate teórico proposto, o qual compreende ponderações sobre o contínuo entre oralidade e escrita (KOCH; OESTERREICHER, 2007; MARCUSCHI, 2001); e (ii) o panorama sobre as mudanças diacrônicas do sistema de colocação das formas clíticas no português e no espanhol (SEIBANE, 2010;

³ A obra foi originalmente elaborada em duas partes: a primeira “El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha” datada de 1605, e a segunda, “El ingenioso Caballero don Quijote de la Mancha”, datada de 1615.

⁴ Um destaque que julgamos relevante atribuir pelo movimento decolonial que representa é a tradução à língua indígena mais estendida na América, o Quechua (kichwa, como é conhecida no Equador), empreendida por Demetrio Túpac Yupanqui, no auge de seus 91 anos.

⁵ De acordo com Cobelo (2010), a primeira tradução assinada surge em 1876/78, fruto do trabalho conjunto de Antônio Feliciano de Castilho, Visconde de Castilho; Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá, Visconde de Azevedo e do lisboeta Manuel Pinheiro Chagas, conhecida nos estudos cervantistas como a “tradução dos Viscondes”, também na variedade europeia. É também do português europeu a tradução de Aquilino Ribeiro (1954). No Brasil, os primeiros tradutores são Almir de Andrade e Milton Amado (1952) seguidos por Eugênio Amado (1983), Sérgio Molina (2002) e Carlos Nougué e José Luis Sánchez (2005). Além destes, Ernani Ssó apresenta uma nova tradução em 2012.

NIEUWENHUIJSEN, 2006; BERTA, 2003). Esses passos sustentarão a análise qualitativa e contrastiva conduzida na seção 3.

2. CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS

2.1. O contínuo entre o oral e o escrito: dos efeitos do texto-fonte aos efeitos da tradução

Em certa ocasião, o escritor argentino Jorge Luis Borges mencionava sobre seu processo de amadurecimento como escritor, aludindo sobre a passagem de uma escrita forçada e simulada, destinada a um público seletivo, a uma escrita de quem quer expressar suas ideias, tratando de fazê-lo da forma mais simples possível: “*y trato de hacerlo con las palabras habituales, porque solo las palabras que pertenecen al idioma oral son las que tienen eficacia*”⁶. Desse recorte de fala e de sua sequência, percebe-se que o escritor se refere ao campo do vocabulário, do léxico recorrente no uso comum, “*el que el lector acepta*”, e complementa: “*es un error escribir con el diccionario. Uno debe escribir, yo creo, con el idioma de la conversación, con el idioma de la intimidad*”.

O destaque que assinalamos na enunciação de Borges parece ser um bom ponto de partida para o debate pretendido nesta seção referente ao contínuo existente entre o oral e o escrito, ao que, conscientes do risco que qualquer analogia implica, podemos relacionar à discussão sobre *inmediatez* e *distancia* comunicativa proposta por Koch e Oesterreicher (2007 [1990]), nos passos do que enunciamos em Oliveira *et al.* (2019).

Ao defender o idioma da conversação, da intimidade, Borges sugere sua adesão a uma linguagem compartilhada pelo público leitor, e essa linguagem comum – mas também fluída e ordenadamente diversa – se manifesta, mais prototipicamente, no campo da oralidade espontânea. Nesse sentido, seria ingênuo admitir que, embora partidário de uma expressão honesta ao que suas ideias buscam transmitir “da forma mais simples possível”, um texto de Borges refletiria a língua oral típica da *inmediatez* a que se referem Koch e Oesterreicher (2007 [1990]). Ainda que no nível das escolhas lexicais o escritor argentino se inclina ao uso do idioma “*común y corriente*”, no nível mais amplo da língua, como é o caso da morfossintaxe, diríamos que as aproximações ou distanciamentos da oralidade vernacular dependeriam do gênero textual e das especificidades implicadas no cronotopo de cada obra.

Assim como qualquer manifestação concreta da língua prevê um contínuo entre o oral e o escrito, uma narrativa literária também não pode, por si, ser situada entre um polo e outro, o que, de antemão, nos leva a refutar a dicotomia oralidade *versus* escrita, nos passos do que discutem Marcuschi (2001) e Koch e Oesterreicher (2007). A verossimilhança perseguida por um escritor normalmente o conduziria a plasmar personagens caracterizados diatópica e diastraticamente a partir de certos usos linguísticos.

No que concerne à obra de interesse neste estudo, tinha-se como um dos preceitos que orientava a literatura seiscentista a preocupação de que a escrita reproduzisse a fala, como esclarece Vieira (2002, p. 11). De acordo com essa cervantista, na época da publicação da primeira parte – período guiado pelo princípio “*escribo como hablo*” – a tendência de conceder à língua escrita maior naturalidade, precisão, clareza e

⁶ Nos referimos à exposição de Jorge Luis Borges no vídeo intitulado *Jorge Luis Borges: "Pienso en expresar lo que quiero decir del modo más sencillo posible"*, disponível em: <https://glotopolitica.com/galeria/>. Acesso em maio de 2021.

simplicidade, valorizando o vernáculo em oposição ao latim no que tange ao estilo, já estava sendo suplantada por uma nova poética que distanciava a fala da escrita e cujo representante maior foi Gôngora. No entanto, nas linhas do *Quijote* aquela naturalidade do período anterior é mantida, de maneira que “o eixo de sustentação da obra é o longo diálogo entre D. Quixote e Sancho que transparece para o leitor como um extenso e amplo ato de fala entre o cavaleiro e seu escudeiro: um deles, letrado e com vasta cultura literária; o outro, analfabeto” (VIEIRA, 2002, p.13).

A esse movimento fluido entre a oralidade e a escrita e a ele vinculadas as escolhas linguísticas do autor, deve estar atento o projeto tradutório que, segundo Berman (1995, p.76), é determinado pela posição tradutória e pelas exigências específicas da obra a traduzir, materializando no próprio texto traduzido, de forma implícita, o que o tradutor se impôs diante da empreitada, sua subjetividade e a maneira sobre como ele internalizou o discurso do meio sobre a tarefa tradutória. Esse “compromisso”, no qual o tradutor assume uma “maneira de traduzir”, pode se refletir na posição linguística, nas referências às línguas estrangeiras e à língua materna e, embora em muitos casos não seja explicitado, pode ser reconstituído a partir de suas diversas falas sobre suas traduções. Em outros termos, através de entrevistas e prefácios, por exemplo, podem emergir as motivações de determinadas escolhas (BERMAN 1995, p.75-76).

A questão temporal é um dos aspectos que merece ser considerado na elaboração do projeto tradutório dada a complexidade que a cerca. Se por um lado, como afirma Rónai (2012, p. 140), “a pátina” faz parte de uma obra clássica não sendo recomendável que as traduções a percam de todo, tornando-as despojadas dos sinais do momento histórico que as fez nascer, por outro, como observa, O’Shea (2019, s/p), tradutor de Shakespeare no Brasil, a tradução sempre implica rejuvenescimento da linguagem e as escolhas resultam em perdas e ganhos. Determinadas decisões podem conferir ao texto um “sabor arcaizante, um tanto artificioso, teatralizado, estilizado, porque distante dos padrões de fala do brasileiro” (O’SHEA, 2019, s/p).

No âmbito da Literatura, a tradução é cercada por desafios decorrentes da sobrecarga estética, e as marcas de oralidade são um dos problemas a serem contornados, especialmente quando permeados pela distância temporal, a qual imprime ainda mais complexidade à empreitada tradutória. Para Britto (2012, p. 87), essas marcas estão associadas ao “efeito de verossimilhança” conscientemente obtido através de recursos textuais representativos da fala, dentre os quais os morfossintáticos que aqui entram em destaque. A tendência a preferir a próclise à ênclise é, segundo ele, “brasileirismo notório que independe de variações dialetais” (BRITTO, 2012, p. 95). Associados à questão temporal, conformam elementos marcados, entendidos como aqueles que provocam um certo estranhamento tanto ao leitor da língua fonte como ao leitor da língua-meta (BRITTO, 2012, p. 67). E, nos termos de Eco (2008), são de difícil transposição, podendo participar de negociações que envolvem o estabelecimento de uma escala de hierarquizações, na qual são sopesadas a necessidade de renúncia e de ênfase a determinados elementos priorizados pelo tradutor em relação ao contexto.

2.2. A temporalidade das formas clíticas: um olhar para o português e o espanhol

Como debatido na seção anterior, aos movimentos constantes na literatura entre a oralidade e a escrita, não se eximem as diferentes escolhas linguísticas; as que aqui recebem nossa atenção são as formas clíticas, especificamente no que se refere a sua posição sintática. Trata-se de um dos fenômenos de maior contraste entre o português em uso e o português prescrito pela norma padrão (BAGNO, 2011; CARVALHO; BAGNO,

2015) e, como atestam alguns estudos contrastivos (GONZÁLEZ, 1994), um dos que demarcam a distância entre a sintaxe do português e do espanhol.

No que concerne ao primeiro problema levantado acima e que assumimos como de expressiva implicação sobre o trabalho de tradução, cabe retomar o que, há quase um século, o filólogo brasileiro João Ribeiro apontava sobre a colocação pronominal proclítica de amplo uso no português do Brasil:

um modo de dizer de grande suavidade e doçura ao passo que o ‘diga-me’ e o ‘faça-me’ são duros e imperativos. O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem. Em ‘me diga’ pede-se; em ‘diga-me’ ordena-se. Assim, pois, somos inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades. (RIBEIRO, 1979 [1933], p. 53)

A interpretação puramente impressionista de Ribeiro, na maneira como pontua Faraco (2016, p. 267), faz entrever que as escolhas linguísticas não são motivadas apenas por fatores internos ao sistema (à sintaxe), mas por razões pragmático-discursivas, como é o caso da questão estilística. Sintaticamente, a despeito do que postula a norma padrão, as formas *me diga* e *diga-me* são completamente gramaticais no português do Brasil e apontam para o mesmo significado referencial. Contudo, se assumimos como correta a percepção de Ribeiro, as construções proclítica e enclítica, neste caso, não expressariam exatamente o mesmo valor discursivo, tratando-se de atos perlocucionários distintos. Se em diferentes campos da Linguística, ao menos no âmbito das perspectivas funcionalistas, o valor/sentido de uma construção é dado no seu contexto de uso (NEVES, 2012), a compreensão parece seguir em direção semelhante no princípio básico dos Estudos em Tradução: a tradução não se produz entre sistemas, senão entre textos (ECO, 2008, p. 47), o que significa reconhecer a fluidez dos valores de uma expressão.

Ao debater sobre a diferença entre o plano da expressão e o plano do conteúdo e seus efeitos sobre a tradução, o exemplo anotado por Eco (2008, p. 56) abriga-se no nível lexical – o termo *nipote* do italiano como uma unidade de expressão que remete a três unidades de conteúdo (*nephew*, *niece* e *grandchild*, no inglês) – a partir do qual, o intelectual italiano reforça a importância da consideração do contexto no projeto tradutório: “*a ningún traductor le pasará jamás que tenga que traducir la palabra nipote fuera de un contexto cualquiera.*”

Parece bastante óbvio que diferenças dessa natureza não passariam despercebidas nem mesmo a um tradutor iniciante no ofício. Relevamos que essa afirmação, contudo, não se aplicaria tão tranquilamente a fenômenos de outros níveis, como o morfológico e o sintático. Convém lembrar que o léxico é sempre o nível mais perceptível na língua e esse postulado se legitima pelo simples fato de qualquer leigo ser capaz de ilustrar a variação diatópica do português do Brasil entre *tu/você*, mas não de exemplificar a variação do mesmo fenômeno a partir das diferenças morfológicas *fez/fizesse/fizeste*, isso porque essas marcas são menos acessíveis à percepção.

Nesse sentido, para além da reflexão de Eco sobre as diferenças lexicais inter e intralinguísticas, optamos por considerar o nível morfossintático, mais precisamente, a colocação das formas clíticas nas traduções de *Quijote* ao português. Compreendemos que, ao optar por uma tradução ao português com tendências proclítica ou enclítica o tradutor não o faz ingênua ou inconscientemente; sendo ele um tradutor de textos, ou seja, de enunciados que não deslocam o sistema da língua de seu contexto de uso, a escolha será pautada por fatores previamente considerados, como: a variedade escolhida (português do Brasil ou português europeu, por exemplo), a temporalidade da obra traduzida (modernizada ou arcaizada), o estilo (mais erudito ou mais informal), entre outros fatores. Cabe ainda ponderar a possibilidade de escolhas reguladas por uma decisão glotopolítica que visibiliza a língua em uso em detrimento da orientação normativista

tradicionalmente praticada na indústria literária (o que incluem os contratantes dos projetos tradutórios) – um posicionamento investido de poder sobre o qual, em trabalhos futuros, tencionamos debater.

Retomando o objeto linguístico recortado, sinalizávamos parágrafos acima que as construções *me diga* e *diga-me* podem ser consideradas estilisticamente distintas. Há que se reconhecer, ainda, que em um projeto tradutório a recorrência de uma ou outra opção pode sinalizar para fatores diversos, como os que aparecem arrolados no parágrafo anterior. Nesses termos, antes de passarmos à análise da colocação pronominal nas três versões traduzidas de *Don Quijote* selecionadas para este estudo, convém expor, mesmo que brevemente, os percursos da mudança linguística na posição sintática das formas clíticas no português e no espanhol – línguas em discussão neste estudo.

Pelos limites de espaço que se impõem, centramos a exposição sobre a posição das formas clíticas recortando o sistema do espanhol do século XVII, no qual se situa a primeira edição do livro *Don Quijote de la Mancha*, mencionando, também, os percursos por que passaram o português e o espanhol no que diz respeito a esse objeto linguístico.

Ao introduzir a discussão sobre as mudanças linguísticas relacionadas à colocação dos pronomes átonos, Nieuwenhuijsen (2006, p. 1339) destaca que “*una característica sintáctica del español antiguo es la aparente libertad con la que los pronombres personales átonos (PA) se colocan en la oración.*” Distinguindo a posição dos PA em construções com formas finitas ou não finitas da categoria verbal, a linguista observa, com base em estudos anteriores, uma tendência, desde o século XIII, à posição enclítica; em sentenças com formas verbais finitas; uma tendência que foi perdendo vitalidade a partir do século XVI e um processo inverso passava a manifestar-se – em meados desse século, “*los casos de anteposición se hacen más frecuentes, para seguir aumentando a lo largo del siglo XVII*” (NIEUWENHUIJSEN, 2006, p. 1341). Concernente às formas não finitas, de modo bastante sintetizado, observava-se em textos mais antigos (até o século XVI) uma preferência pela anteposição dos pronomes átonos quando à forma verbal precediam uma negação, um sujeito ou um constituinte sintaticamente dependente do infinitivo ou gerúndio em questão, como em: *yo he iurado de non me cercenar; sin yo lo merecer; aun el me guiando*. No decorrer do século XVII, esse tipo de anteposição entra em descenso (NIEUWENHUIJSEN, 2006, p. 1344-1345).

Em Alonso-Cortés (2008, p. 455) encontramos que, no espanhol primitivo, medieval e em parte dos séculos XVI e XVII, atuava a lei de *Wackernagel*, postulando, principalmente em referência a línguas indoeuropeias, que os elementos átonos não podem iniciar orações ou situar-se no princípio de uma construção que está precedida de pausa – lei que parece persistir na estática prescrição normativa do português, mas não na língua em uso da variedade brasileira. Em outros termos, no período que representa a obra *Quijote*, é possível identificar a posição pré e pós-verbal dos pronomes átonos (*le pagó* ou *llenósele* – esta última posição motivada pela lei de *Wackernagel*).

No que diz respeito à possibilidade de separação entre a forma clítica e o verbo por um material fônico interveniente (advérbio de negação ou uma forma tônica, por exemplo), como em “lhes não encontrarei”, retomando estudos anteriores, Berta (2003, p. 59) pontua que a apossínclise, também conhecida como interpolação, perdia força a partir do século XV e, apesar de decadente, sobreviveria até princípios do século XVII.⁷ Pouco a pouco, a sintaxe do espanhol se consolida na posição proclítica das formas

⁷ Para um estudo mais detalhado sobre os processos de mudança na sintaxe aqui em discussão, envolvendo fenômenos que optamos por não contemplar, como é o caso da *subida* ou *promoción* dos clíticos, ou seja o apoio do pronome átono no verbo regente de uma construção perifrástica com gerúndio ou infinitivo, recomendamos recuperar Berta (2003) e Nieuwenhuijsen (2006).

átonas, inclusive em início de orações, restringindo a posição posposta ao verbo quando em forma não finita (gerúndio e infinitivo) e no imperativo afirmativo.

Se no espanhol moderno esse fenômeno parece não causar polêmica entre língua em uso e norma prescritiva, dada a coincidência entre ambas no tocante ao objeto em questão, o mesmo não podemos afirmar quando em referência à língua portuguesa, e, aqui, nos atemos à variedade brasileira.

Perini (2004), engajado na demanda de elaboração de gramáticas “mais adequadas” – nos termos utilizados pelo próprio autor no prefácio da *Gramática descritiva do português* –, propõe a descrição do que ele define como norma padrão, e advoga pela descrição também da língua coloquial, das variedades geográficas, sociais e históricas (p. 14). Como autor declaradamente interessado na descrição da norma padrão, a hipótese inicial é que sua obra não se distanciaria por completo do que tradicionalmente apresentam outras gramáticas que prescindem do adjetivo adotado por Perini. Embora não tenhamos analisado toda a publicação para corroborar tal hipótese ao longo dos temas considerados, o fizemos a partir da consideração do tópico que aqui nos interessa: a posição sintática dos clíticos. Ao se referir aos princípios que regulam o posicionamento das formas clíticas como um fenômeno “bastante simples”, Perini, a nosso ver, simula com essa locução o didatismo para um tema que, no fundo, reconhece como complexo, um fato da língua que nada tem de simples, nem mesmo a falantes nativos com alto nível de instrução formal. Ao completar a ideia da simplicidade, Perini aduz que

o verdadeiro problema está nas freqüentes incertezas de julgamento quanto à posição dos clíticos em certos casos – decorrência do fato de que, nesse ponto, *as variedades brasileiras diferem muito do padrão europeu, causando vacilação constante entre a tendência a respeitar esse padrão e a tendência a adaptá-lo ao nosso uso.* (PERINI, 2004, p. 229, grifos nossos)

O período destacado na citação acima leva-nos a inferir que, para o autor, o padrão europeu se difere do padrão brasileiro, o que se confirma linhas adiante na mesma página, na qual Perini demarca sua posição nesse conflito: “considerarei um compromisso que me parece ser o mais amplamente aceito pelos usuários do padrão brasileiro.” A interrogante que cabe explicitar é: qual é o padrão brasileiro no que se refere a esse objeto? A intenção é que, ao final desta seção, o próprio leitor encontre uma resposta a essa pergunta (se ainda não a tem).

Como descrever uma norma não deixa de ser uma forma de prescrevê-la, Perini move-se muito naturalmente pelos mesmos caminhos a que seguiria um gramático normativo, começando pela apresentação das posições proclíticas e enclíticas e assinalando ser a mesóclise um “caso especial de ênclise” quando nos contextos morfológicos de futuro do presente e futuro do pretérito. Caberia questionar que leitor brasileiro aceitaria com tranquilidade que uma sentença como “Aborrecer-me-ei com o sermão” representa o *padrão* da sua variedade. Sobre esse ponto importa assinalar que Perini “ocupa-se basicamente da língua escrita”, “do português padrão escrito”, “um português padrão altamente uniforme no país”, “uma linguagem padrão utilizada em textos jornalísticos e técnicos” – como pontua na seção introdutória de sua gramática. A descrição de que se ocupa o autor na seção que nos interessa fundamenta-se, contudo, em exemplos criados, em que o prescritivismo se sobrepõe à proposta descritiva, distanciando-se, desde nossa leitura, de práticas de escrita formais que circulam nos meios de comunicação. Ainda cabe advertir que a própria forma como Perini homogeneiza a escrita é questão há tempo rebatida, haja vista oralidade e escrita serem modalidades que preveem um contínuo de formalidade e monitoramento a depender do gênero em que se inscrevem (MARCUSCHI, 2001). Nas explanações de Perini, são recorrentes afirmações

facilmente rebatidas com um olhar sobre o português culto⁸ praticado no Brasil, como o da sintaxe proclítica introduzindo uma oração: “*É mal formada* toda oração que contenha proclítico no início de estrutura oracional não subordinada ou logo após elemento topicalizado” (p. 229, grifos nossos). Nos termos do autor, sentenças como “Me preocupei com vocês”, “Me dê uma ajuda aqui”, “Ontem à noite me comportei mal” e “Telefonei várias vezes e me preocupei com vocês” (p. 230) “ocorrem normalmente na língua falada, e mesmo com frequência na escrita”. Contudo, defende que uma modalidade da língua muito conservadora restringiria a próclise em todos esses contextos; uma modalidade intermediária, por sua vez, provavelmente aceitaria a última, mas rejeitaria as primeiras. Ao que tudo indica, para o autor, a escrita jornalística e técnica situam-se na modalidade conservadora, tendo em vista que todos esses exemplos não reais aparecem precedidos pelo símbolo da agramaticalidade (*). Convidaríamos o leitor a verificar a frequência com que a próclise vem aparecendo em início de frases nos diferentes gêneros da cultura escrita, em distintos graus de monitoramento e formalidade e nas diversas esferas. Não nos parece necessário repassar as orientações normativas que regem a colocação das formas clíticas no português, haja vista não ser nosso objetivo fornecer ao leitor um material de consulta sobre os usos padrões/normativos do português, a esse serviço estão as gramáticas. Um tradutor lançaria mão desse manual quando lhe exigido, pelo contexto, o uso de certo padrão, do mesmo modo que lhe seria exigido um uso sociolinguístico em consonância com o objetivo a ser alcançado – demarcar uma determinada variedade (ou dialeto) ou um determinado estilo, por exemplo.

Na proposta de questionar um padrão que institui usos não reconhecidos por seus usuários, é conveniente trazer à luz o debate proposto por Bagno (2011) na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, sobre o “fantasma da colocação pronominal”, nas palavras empregadas pelo próprio autor ao intitular a seção em tela. Segundo Bagno (2011, p. 760), decorre do fato de as normas gramaticais pautarem-se até hoje no uso da língua literária de escritores portugueses do período romântico a querela em torno da posição sintática das formas clíticas. Simplificando os fatos e visibilizando o que realmente faz parte da gramática do português brasileiro, o linguista afirma em algumas passagens que “no PB, a regra geral é a próclise”, diferentemente do que pontuam gramáticas normativas estagnadas em uma norma artificial instituída pela elite brasileira no século XIX. Em Azeredo (2008), citado por Bagno (2011, p. 761), encontra-se o que este último autor trata como uma descrição realista, pautada na ótica sociocomunicativa e fundamentada em teorias linguísticas avançadas, em que se reafirma que a posição proclítica é a mais comum nas variedades do português brasileiro; “a opção pela ênclise na fala pode revelar alto grau de monitoramento (Ajudei-o a levantar-se), *quando não certo artificialismo do discurso.*” (AZEREDO, 2008 *apud* BAGNO, 2011, p. 761, grifo nosso).

Apontamos destaque na citação anterior pela consideração a um perfil de interlocutor também previsto neste estudo – tradutoras e tradutores atentos aos efeitos de sentido produzidos por suas escolhas, que, como sustentado, ultrapassam os limites das negociações lexicais. O projeto tradutório se vê submetido a diferentes fatores: ao autor, aos propósitos e especificidades da obra, ao público-alvo, às editoras e contratantes, entre outros. Não raras vezes, a escolha por um sistema mais conservador e distante dos usos com os quais se identificariam o leitor do texto de chegada (a tradução) reverbera uma

⁸ Fazemos aqui referência, por exemplo, aos dados do Projeto NURC (Norma urbana oral culta), um acervo amplamente utilizado em pesquisas sociolinguísticas para descrição do PB, o qual compreende entrevistas gravadas com indivíduos de nível superior completo. Dessa amostra, forma parte grande parte dos exemplos apontados por Bagno (2011), a que nos atemos parágrafos adiante.

sujeição a uma norma institucionalizada e fictícia que acaba por solidificar a perpetrada ideologia da norma padrão.

Como o assunto é vasto e o presente estudo tem propósitos específicos, já nos orientando a questões de análise, produzimos o quadro adiante que sintetiza alguns contrastes entre a norma padrão e a norma compartilhada no português brasileiro, em uma ligeira alusão à sintaxe castelhana, uma vez este nos servir de base para a sequência da análise qualitativa.

Quadro 1 - Posição das formas clíticas: entre a norma padrão e a norma social do PB (com remissão ao espanhol)

<p><i>Português como língua enclítica</i> (será?); a próclise acontece em casos específicos, quando na presença das conhecidas expressões atrativas, como expressões de negação, advérbios, relativos, indefinidos, conjunções subordinativas, etc. Trata-se de uma regra prescrita por diversas gramáticas normativas e descritivas e amplamente polemizada pela norma curta⁹, que se esbalda com esse fenômeno ao reforçar atitudes preconceituosas que constroem e humilham usuários da língua, especialmente aqueles mais vulneráveis. O que os estudos sociolinguísticos têm apontado é que o português brasileiro é uma língua proclítica, essencialmente.</p>
<p><i>Espanhol</i>: língua proclítica, com reserva da colocação posposta quando em formas verbais não-finitas (gerúndio e infinitivo) e imperativo afirmativo.</p>
<p>Uso da <i>mesóclise</i> quando acompanhada de verbo conjugado no futuro do presente ou futuro do pretérito. Nos termos de Bagno (2011, p. 764), pautado em dados concretos contemplados no projeto NURC, a mesóclise é um fenômeno absolutamente artificial a que já não recorre nem mesmo a escrita formal e monitorada da esfera jornalística (BAGNO, 2011, p. 764).</p>
<p>Fenômeno inexistente no <i>espanhol</i>.</p>
<p>Interposição de um elemento entre o clítico e o verbo (o que <i>se não</i> deve dizer), denominado como <i>apossínclise</i>. Também em Bagno (2011, p. 741), recuperamos ser um fenômeno presente em textos clássicos, mas desconhecido no PB.</p>
<p>Fenômeno há tempo inexistente no <i>espanhol</i>.</p>
<p>Junção de duas formas clíticas (<i>mo, to, lho</i>, etc), fenômeno nomeado como <i>díclise</i>, o qual é comum no português europeu e nas línguas românicas em geral, mas absolutamente ausente no PB, até mesmo em gêneros escritos altamente monitorados (como uma tese).</p>
<p>Embora no espanhol seja obrigatório o emprego dos clíticos de objeto direto e indireto, as duas formas não sofrem nunca esse tipo de fusão (<i>te lo envié; se lo reporté</i>).</p>

No que se refere à presença do objeto linguístico por nós considerado em obras traduzidas, aventamos que a recorrência dos fenômenos arrolados no quadro acima pode, por um lado, corroborar a sujeição a uma norma padrão idealizada, como também, assinalar negociações e escolhas motivadas por problemas de tradução, como: os problemas derivados dos dialetos geográficos, dos dialetos sociais, dos idioletos e da temporalidade (HURTADO ALBIR, 2001).

Com base nesse olhar histórico para a colocação das formas clíticas no espanhol e na atual sincronia do fenômeno no português do Brasil, passemos às problematizações aventadas a partir da análise qualitativa da amostra considerada.

⁹ Adotamos o termo *norma curta* a partir de Faraco (2008), que a assume como um conjunto de preceitos promulgados e assumidos (por muitos) como verdades absolutas sobre a língua, o qual tem servido de referência nos “consultórios gramaticais” midiáticos, comercializados como o “bom-português”, legitimados em cursinhos pré-vestibulares e contemplados à revelia em provas de concurso público.

3 OS CLÍTICOS EM *DON QUIJOTE*: ARCAIZAÇÃO, PÁTINA OU MODERNIZAÇÃO LINGUÍSTICA?

Conforme já mencionado, a amostra em discussão é constituída por três traduções do *Quijote* ao português. Buscamos com esse recorte contemplar resultados publicados em espaços geográficos e temporais distintos. Com vistas aos propósitos do presente estudo, foram considerados fragmentos contemplados nos capítulos I a VII da primeira parte – escrita por Cervantes em 1605 –, a partir dos quais se constrói o universo ficcional, cujo *incipit*, ou seja, as palavras que iniciam o texto, se tornou emblemático, impactando de diversas formas e em diferentes tempos no patrimônio cultural da humanidade. Constituem nossa amostra, além do texto fonte (TF [1605] 2004), as versões a que alude o quadro a seguir.

Quadro 2 – traduções de *Don Quijote* em análise

Tradução de Castilho e outros (Tra1 -[1876] 1981)	Tradução de Molina (Tra2 - 2002)	Tradução de Ssó (Tra3- 2012)
Obra traduzida no período de 1876/78, pelos portugueses António Feliciano de Castilho, Visconde de Castilho, Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e Sá, Visconde de Azevedo e Manuel Pinheiro Chagas. Trata-se da versão mais reeditada no Brasil, ainda que tenha chegado a este país após mais de meio século de sua publicação - no ano de 1942, precisamente. Para o presente estudo, estamos considerando a versão da <i>Editora Abril Cultural</i> , com notas de José María Castro Calvo, traduzidas por Fernando Nuno Rodrigues.	Publicada em edição bilíngue pela <i>Editora 34</i> nos anos de 2002 e 2007, primeira e segunda partes respectivamente. Conta com Sérgio Molina como tradutor, profissional de nacionalidade argentina que vive no Brasil desde os nove anos.	Publicada pela <i>Editora Penguin/Companhia das Letras</i> no ano de 2012, em dois volumes. Tradução conduzida pelo escritor e jornalista gaúcho Ernani Ssó, quem traduz exclusivamente do espanhol, língua que aprendeu de forma autodidata.

Antes de passarmos à problematização de dados sobre o objeto linguístico recortado, importa recuperar algumas informações sobre as traduções consideradas. Referente aos desafios enfrentados e as soluções elaboradas, os diferentes projetos empreendidos pelos tradutores dão conta de explicitar essas questões em paratextos – prefácios e posfácios – ou entrevistas.

A questão da subjetividade envolvida nas decisões tradutórias é enunciada por Molina e Ssó, mas está ausente na edição dos Viscondes. Ao inaugurar o primeiro volume da tradução, Ernani Ssó a coloca em evidência ao afirmar que as traduções brasileiras apresentam muitas coincidências, dada a semelhança entre as línguas. Ressalta, contudo, que as diferenças são proporcionalmente muito maiores e que uma grande parte das decisões “*depende de fatores subjetivos*” (SSÓ, 2012, p.16). No mesmo sentido, Sérgio Molina, em entrevista a Dirceu Villa, Ivone Benedetti e Irene Hirsch também afirma que, em muitos momentos, termina-se por ser arbitrário “*tendo que se guiar por intuições, pela percepção subjetiva do estilo*” (MOLINA, 2003, p.175).

A questão temporal, de especial interesse neste estudo, é elencada como um problema tanto por Ssó como por Molina. O primeiro qualifica o tempo como o “fator mais hostil” ao lado da cultura e do lugar, capazes de alterar o significado de uma palavra (SSÓ, 2012, p.12). Ao explicitar sua estratégia para enfrentá-la, afirma ter evitado um

português arcaizado – segundo o tradutor, mais condizente a leitores especializados. Uma modernização extrema da linguagem, no entanto, também foi refutada e, diante da questão que traz a si próprio sobre “como manter a atmosfera de antiguidade e ao mesmo tempo ser legível”, menciona ter dado maior atenção ao léxico, com a preferência por uma seleção de palavras da época de Cervantes ou anteriores e algumas do século XVIII e XIX (SSÓ, 2012, p.18).

Sobre esse mesmo problema de tradução – a temporalidade –, Molina (2003, p.170) aponta a relevância de marcar a distância no tempo aliada a “uma sensação de familiaridade” cujo equilíbrio, segundo ele, não é fácil. No posfácio da sexta edição do primeiro livro, o tradutor revelou uma preocupação em estabelecer a aproximação ao modelo estilístico do *corpus* clássico luso-brasileiro dos séculos XVI e XVII. A partir de uma pesquisa histórica que demonstrou ser o período em que Cervantes compôs a obra marcado pelo movimento de consolidação do vernáculo português em oposição ao bilinguismo reinante durante a União Ibérica, Molina partia do pressuposto de que tal movimento desenvolvia-se na metrópole lusa, “marcando mais profundamente a variante europeia do idioma”, aduzindo, ainda, que “os dialetos brasileiros até hoje permanecem em muitos aspectos bem mais próximos do português seiscentista, sobretudo no que tange ao padrão rítmico” (MOLINA, 2002, p.743) – observação que poderíamos refutar considerando o objeto aqui em debate (retomar seção 2.2). Um aspecto que vale a pena chamar a atenção é para a estratégia de Molina em estabelecer uma “triangulação entre o “brasileiro” contemporâneo, o português clássico e o idioma de Cervantes” a partir de estudos acadêmicos que indicaram semelhanças de ritmo, prosódia e léxico existentes entre o português corrente e o português clássico (MOLINA, 2003, p.168). Trazendo suas explanações ao objeto aqui de interesse, o tradutor afirma, ademais, ter evitado traços que marcam o português europeu moderno, fazendo questão, contudo, “de manter a apossínclise, quando era o caso, e a contração de pronomes clíticos (*lho, mo, to, etc.*), ainda que reconheça uma realidade já recuperada neste texto: a ausência desses fenômenos no português do Brasil (MOLINA, 2003, p. 170).

O leitor deve ter observado que neste texto se recuperam questões do projeto tradutório apenas dos trabalhos de Molina e Ssó; orientação que se justifica pelo fato de a proposta dos Viscondes e de Pinheiro Chagas voltar-se ao português europeu, ainda que essa realidade não apareça mencionada em grande parte das edições. Ademais, foge do nosso conhecimento o registro do percurso ou de comentários acerca da empreitada por parte desses tradutores.

Uma vez contextualizados os projetos tradutórios, com a tentativa de mostrar que as decisões não são ao acaso, mas pautadas em critérios que conjugam prioridades, negociações e compensações, passaremos à apresentação de alguns dados convenientes para a discussão sobre as diferentes estratégias adotadas por esses profissionais. Como sinalizado, o interesse recai sobre a elaboração e a reconstituição da temporalidade plasmada no texto-fonte e nas obras traduzidas, uma das pautas de discussão contempladas em pesquisas do núcleo estudos em corpus do espanhol escrito com marcas de oralidade (CEEMO/UFSC). Começaremos com a decisão referente ao primeiro ponto trazido no quadro 1 da seção anterior: direcionamento à norma lusitana da posição enclítica ou à norma brasileira com preferência à posição proclítica. Observemos o quadro contrastivo, cuja metodologia é seguida na apresentação dos dados a partir daqui.

Quadro 3 – Estratégias entre a ênclise e a próclise

	TF ([1605] 2004)	Tra1 ([1876] 1981)	Tra2 (2002)	Tra3 (2012)
(1)	[...] luego que vio la venta se le representó que era un castillo [...] (p. 36)	[...] logo que viu a locanda se lhe representou ser um castelo [...] (p. 33)	[...] tão logo viu a estalagem, se lhe afigurou ser um castelo [...] (p. 69)	[...] logo que avistou a estalagem pensou que era um castelo [...] (p. 69)
(2)	[...] bien podría ser que antes de seis días ganase yo tal reino, que tuviese otros a él adherentes que viniesen de molde para coronarte por rey de uno de ellos. (p.74)	[...] bem poderá ser que antes de seis días andados eu ganhe um reino com outros seus dependentes que venham mesmo ao pintar para eu te coroar a ti por seu rei. (p.54)	[...] bem poderei antes de seis dias ganhar um tal reino que há de ter outros aderentes e algum sob medida para dele coroar-te rei. (p.118) –	[...] bem poderia ser que antes de seis dias eu ganhasse um reino que estivesse ligado a outros, com algum sob medida para que eu te coroe rei. (p.107)
(3)	[...] y esta noche en la capilla de este vuestro castillo velaré las armas, y mañana, como tengo dicho, se cumplirá lo que tanto deseo [...] (p. 41)	Esta noite na capela deste vosso castelo velarei as armas, e amanhã, como digo, se cumprirá o que tanto desejo [...] (p. 36)	[...] e esta noite na capela deste vosso castelo velarei as armas, e amanhã, como tenho dito, cumprir- se-á o que tanto desejo [...] (p. 75)	Esta noite, na capela de vosso castelo, velarei as armas e amanhã, como disse, se cumprirá o que tanto desejo [...] (p. 74))

Os excertos ilustram as diferentes estratégias em relação à posição dos clíticos nas versões traduzidas. Em (1), o que se observa é a escolha por uma sintaxe muito próxima ao texto-fonte nas traduções dos Viscondes (Tra1) e de Molina (Tra2), preservando a próclise do clítico de 3ª p.s., o qual é antecedido pela partícula “se”. Ssó (Tra3), por sua vez, opta por imprimir um tom em direção à coloquialidade, aproximando a sintaxe que omite a forma clítica ao uso do leitor contemporâneo¹⁰. Trata-se de uma decisão coerente à escolha léxica no fragmento, com o emprego do verbo *pensar*, sem dúvida mais comum e usual que *representar* (T1) e *afigurar* (T2), nesse tipo de contexto.

Referente ao contraste em (2), conforme resenhado na seção 2.2, a partir do século XVII – período em que se situa a obra em análise –, a posposição dos clíticos em sentenças com formas verbais não finitas vai ganhando espaço em detrimento da anteposição. O que se verifica em TF é a recorrência da estrutura ao longo de todo o texto, como a ilustrada nesse fragmento, com o clítico posposto ao infinitivo (*coronarte*). Interessante notar a escolha em Tra1 pela reduplicação do objeto direto através da forma átona *te* e da preposicionada *a ti*, fenômeno que, ao menos na contemporaneidade, é menos usual no português, comparando-o ao espanhol. Em Tra2, Molina, com certo tom arcaizante, opta pela posposição mantendo a forma verbal. Ssó (Tra3), por outro lado, atualiza a sintaxe antepondo o clítico *te* e optando por uma estrutura final (*para que* + subjuntivo).

¹⁰ Cyrino (1993) discute o fenômeno da perda dos clíticos no sistema do português brasileiro, tema amplamente mencionado em estudos contrastivos sobre o português e o espanhol, como González (2008) e Petrolini Jr. (2014).

No contexto de futuro do presente ilustrado em (3), a versão em espanhol apresenta a esperada anteposição do clítico *se*. Na expectativa por um tom arcaizante, esperaríamos o emprego da mesóclise nesse ambiente morfossintático pelas razões já expostas na seção 2.2. Na tradução do século XIX (Tra1), encontram-se usos como o que se ilustra no quadro 2, com a adoção da próclise ainda que o verbo esteja conjugado no futuro do presente; mesma escolha empreendida por Ssó (Tra3). Molina (Tra2), na direção de seu intento em aproximar-se ao modelo “clássico luso-brasileiro dos séculos XVI e XVII”, opta, por sua vez, pelo arcaico uso mesoclítico.

Ainda na esteira dos arcaísmos linguísticos, o fenômeno da apossínclise, frequente em textos clássicos, vai sobrevivendo no uso até princípios do século XVII (BERTA, 2003). Assim, conjecturávamos a frequência escassa ou nula dessa construção sintática já no texto fonte. Na amostra analisada, não se identificou o fenômeno no TF, mas sim aparece configurado como opções tradutórias da versão dos Viscondes (Tra1, dado em 4 e 5) e da versão de Molina (Tra2, dado em 5).

Quadro 4 – Estratégias em contexto de apossínclise

	TF ([1605] 2004)	Tra1 ([1876] 1981)	Tra2 (2002)	Tra3 (2012)
(4)	[...] Mas <u>no me</u> llamaría yo Reinaldos de Montalbán, si en levantándome de este lecho no me lo pagare, a pesar de todos sus encantamentos [...] (p. 70)	[...] Mas Reinaldo de Montalbán <u>me não</u> torne eu a chamar, se em me levantando deste leito mo não pagar, a despeito de todos os seus encantamentos [...] (p. 52)	[...] Mas eu não <u>me</u> chamaria Reinaldo de Montalvão se, em me levantando deste leito, ele mo não pagar, a despeito de todos os seus encantamentos [...] (p. 114)	[...] Mas eu <u>não me</u> chamaria Reinaldos de Montalbán se, levantando deste leito, não o fizesse me pagar, apesar de todas as suas bruxarias [...] (p. 104)
(5)	[...] al amanecer se tuvieron por seguros de que <u>no los</u> hallarían aunque los buscasen. (p.73)	[...] ao amanhecer já se iam seguros de que <u>os não</u> encontrarian, por mais que rastejassem. (p.53)	[...]ao amanhecer se convenceram de que <u>os não</u> achariam por mais que os procurassem. (p.117)	[...] ao amanhecer, tiveram certeza de que <u>não</u> seriam encontrados mesmo que os procurassem. (p.107)

Em suma, a tradução colaborativa mais antiga (Tra1) aplica a construção arcaica, ainda que, ao que tudo indica, já se encontrava em desuso há dois séculos. Parágrafos acima, recuperávamos a afirmação de Molina sobre sua escolha por “manter a apossínclise” – decisão flutuante como apontam os dados no quadro anterior. O uso proclítico sem interposição de material fônico é mantido por Ssó (Tra3).

Acionamos a seguir os contextos favoráveis à díclise, fusão inexistente no espanhol, mas que poderia participar das escolhas tradutórias nos textos considerados quando em contexto de verbo transitivo direto e indireto. Passemos a algumas ocorrências identificadas.

Quadro 5 – Estratégias em contexto de díclise

	TF ([1605] 2004)	Tra1 ([1876] 1981)	Tra2 (2002)	Tra3 (2012)
(6)	[...] si le sacó el barbero sangre estando enfermo, vos en sanidad se la habéis sacado (p.50)	[...] se o barbeiro lhe tirou sangue, estando doente, também vós lho tirastes estando ele são (p. 40)	[...] se o barbeiro o sangrou estando doente, vós lho fizestes em saúde (p. 86)	[...] se o barbeiro lhe tirou sangue quando esteve doente, vós o tiraste ¹¹ estando são (p. 83)
(7)	-¡Válame Dios – dijo el cura, dando una gran voz-, que aquí está Tirante el Blanco! Dádmeme acá, compadre, que hago cuenta que he hallado en él un tesoro de contento y una mina de pasatiempos. (p. 65)	- Valha-nos Deus! Disse o cura em alta voz. – Pois temos aqui <i>Tirante o Branco?</i> Dai- mo cá, senhor compadre, que faço de conta que nele achei um tesouro de contentamento, e mina para passatempos. (p. 49)	- Valha-me Deus – disse o padre, dando uma grande voz -, se não é o Tirante! Dai- mo cá, compadre, que cuido ter achado um tesouro de contentos e uma mina de passatempos. (p.106)	- Valha-me Deus! – disse o padre, dando um grito. – Se não é Tirante, o Branco?! Dai- me cá, meu amigo, com certeza achei nele um tesouro de alegria e uma mina de passatempo. (p. 99)

Os fragmentos contemplados no quadro 5 sustentam o verificado até aqui: certo distanciamento nas escolhas tradutórias de Tra3 em relação a Tra1 e Tra2, os quais se aproximam no que diz respeito ao objeto aqui em discussão. Os clíticos de objeto indireto e direto – *se la* em (6) e *me le* em (7), com um caso de leísmo, neste último – se acoplam em um item que informa sobre duas funções sintáticas (*lho* e *mo* – junção de objeto indireto e direto, nessa sequência). Trata-se da estratégia empreendida pelos Viscondes e por Molina em conformidade com o projeto tradutório que este último explicita na entrevista já mencionada neste texto. Embora esse tom arcaizante esteja coeso a outros fenômenos linguísticos, como o tratamento de segunda pessoa singular deferencial com a forma *vos*/espanhol e *vós*/português, as escolhas não deixam de causar estranhamento no leitor moderno, como ressalta Costa (2003, s/p), advertindo para “a onipresença, pouco cômoda para ouvidos brasileiros, da mesóclise e de formas como *lho*, *to*, *nalguma*, *doutra*, *encheu-se-lhe*, *donde* e *inda*” no projeto tradutório de Molina. Só, por sua vez, opta por preservar apenas a referência ao objeto direto em (6) e do objeto indireto em (7), através dos clíticos *o* e *me*, respectivamente. Estratégia categoricamente presente no português do Brasil, em estilos e modalidades extremamente formais, vale dizer.

Nestas linhas finais de análise, sintetizando as escolhas empreendidas, destacamos a evidente preocupação com o fator temporal nas traduções cotejadas, a diferença de propostas que enveredam por um movimento em direção à modernização da linguagem. As prioridades elencadas em relação ao fenômeno que nos propusemos a analisar, situando-se em polos bastante diversos, revelam decisões em nível microtextual que se refletem no conjunto da obra. Considerando-se que, no TF, Cervantes objetivava demarcar a fluidez da fala, a opção por soluções que se afastam demasiadamente no tempo, privilegiando um sistema que se aproxima dos padrões normativos e que, por sua

¹¹ A ausência de concordância verbal neste caso não nos passa despercebida; porém a questão não está sob o escopo dos propósitos deste estudo.

vez, distanciam-se da *immediatez* (conforme debatemos na seção 2.2) tendem a provocar o estranhamento e eclipsar o tom da escrita cervantina. Conduzem, assim, ao apagamento da oralidade sobre a qual o texto foi inicialmente pensado. Por outro lado, o equilíbrio entre o léxico marcado e a sintaxe rejuvenescida parecem reverberar os efeitos do texto de partida, aproximando leitores que se distanciam mais de quatro séculos da versão de Cervantes, em torno à comicidade e às reflexões nele propostas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poeta é aquele que, privilegiadamente, desconhece engessamentos e rompe limites, e por aí nos escancara o que é a linguagem, o que é a língua, e, afinal, o que é o que pode a gramática: ou seja, o poeta é aquele que – em prosa ou em verso – privilegiadamente nos dá uma visão de língua assentada na mais plena vivência da linguagem
(Maria Helena Moura Neves)

A epígrafe escolhida para fechar este estudo recupera o que uma das grandes linguistas funcionalistas do Brasil discute na esteira das reflexões sobre vivências da linguagem, de uso da língua e da análise linguística. Como aqui coadunamos essas três realidades, na ótica dos interesses dos Estudos da Tradução e da Linguística, em diálogo com a reflexão de Neves (2012, p. 26), nos questionamos se ao que lhe foi concebível na linguagem criativa do romancista e dramaturgo Miguel de Cervantes também assim o seria a tradutores. Estariam tradutores situados em diferentes épocas licenciados aos mesmos movimentos estilísticos observados no texto fonte?

O tradutor é, antes de mais nada, um usuário de suas línguas de trabalho, é quem as vivencia e quem as analisa, pois não existe tradução sem a prévia avaliação e atuação de diferentes fatores: o texto, as tradições discursivas, os elementos culturais, os sistemas linguísticos, a cognição etc. Um dos propósitos do presente estudo é o de materializar os benefícios do diálogo entre os Estudos da Tradução e a Linguística, haja vista ser a observação dos fatos da língua a pedra angular deste último campo. Ainda que não estejamos em condições de responder as questões trazidas no parágrafo acima, nos aventuramos a assumir que as licenças ao poeta, ao escritor e ao tradutor não estão muito distantes; trata-se, em última instância, de vivenciadores e (re)criadores da linguagem. Contudo, os conflitos não são os mesmos, a começar pela liberdade de que gozam os primeiros, limitada ao último. Aos limites da liberdade e da subjetividade tradutória, têm muito a contribuir para escolhas informadas, condizentes e coerentes ao projeto tradutório – como as relacionadas ao problema da temporalidade –, os resultados das pesquisas linguísticas sobre diversos fenômenos, situados em diferentes sincronias e implicados em debates que vão muito além do sistema.

REFERÊNCIAS

- ALONSO-CORTÉS, ÁNGEL. *Linguística*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.
BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.
BERMAN, Antoine. *Pour un critique des traductions: John Donne*. Paris: Galimard, 1995.
BERTA, Tibor. *Clíticos e infinitivo: contribución a la historia de la promoción de clíticos en español y en portugués*. Cidade: Szeged, 2003.
BRITTO, Paulo H. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- CARVALHO, Orleane L. S.; BAGNO, Marcos. *Gramática brasileira para hablantes de español*. São Paulo: Parábola, 2015.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Real Academia Española. São Paulo: Prol Gráfica, 2004.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Tradução de Sérgio Molina. Edição bilingue. Primeiro Livro. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução de Ernani Ssó. Volume 1. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução Visconde de Castilho e de Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- COBELO, Sílvia. Os tradutores do Quixote publicados no Brasil. *Tradução em Revista*, n.08, p. 1-36, 2010/1. DOI: 10.17771/PUCRio.TradRev.16557.
- COSTA, Walter C. As batalhas póstumas de Quixote: nova tradução do clássico de Cervantes alia formas arcaizantes e expressões populares brasileiras. *Bravo!*, maio/2003. Disponível em: <http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores.php?titulo=As+batalhas+p%F3stumas+de+Quixote>.
- CYRINO, Sônia L. M. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A (Orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 163-184.
- ECO, Umberto. *Decir casi lo mismo. Experiencias de traducción*. Traducción de Helena Lozano Miralles. Barcelona: Lumen, 2008.
- FARACO, Carlos A. *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, Carlos A. *Norma culta brasileira: Desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- GONZÁLEZ, Neide T. M. Português brasileiro y español: lenguas inversamente asimétricas. *SIGNOS ELE*, nº 1-2, p. 1-7, 2008. Disponível em: <http://p3.usal.edu.ar/index.php/ele/article/view/1394>.
- GONZÁLEZ, Neide T. M. *Cadê o pronome? - O gato comeu. Os pronomes pessoais na aquisição/aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos*. Tese de Doutorado. DL/FFLCH-USP, 1994.
- HURTADO ALBIR, Amparo. *Traducción y traductología: introducción a la traductología*. Madrid: Cátedra, 2001.
- KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*. Tradução de Araceli López Serena. Madrid: Gredos, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOLINA, Sérgio. Entrevista. In: VILLA, Dirceu; BENEDETTI, Ivone; HIRSCH, Irene. *Cadernos de Literatura em Tradução*. São Paulo, Humanitas / FFLCH-USP, n.5, p. 157-177, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plt/article/view/49378/53456>.
- MOLINA, Sérgio. Posfácio do tradutor. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 743-746.
- NIEUWENHUIJSEN, Dorien. Cambios en la colocación de los pronombres átonos. In: COMPANYY Concepción C. (Dir.). *Sintaxis histórica de la lengua española*. Primera parte: la frase verbal. Vol. 2, 2006, p. 1339-1404.
- NEVES, Maria H. M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.
- OLIVEIRA, Leandra C. de; TAVORA, Beatrice; SOBOTTKA, Mary A. W. S. La negociación en la oralidad fingida: un estudio sobre las formas de tratamiento en la representación artística del Siglo de Oro. *Gragoatá*, Niterói, v.25, n. Comemorativo, p. 268-290, julho 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v25iEsp.34203>.
- OLIVEIRA, Leandra C. de; PARRINI, Carolina; SALVIO, Agata L.; ALBUQUERQUE, Camila R.; PICHETTI, Geanne Z. C.; MÜLLER, Raymi. O continuum entre oralidade e escrita: recortes de pesquisas sobre fenômenos da língua espanhola. In: OLIVEIRA, L. C. de; SANTURBANO, A. P. F.; SANTOS, B. C. M. dos; FERREIRA, C. P.; SOARES, N. G. *Língua, Literatura, Tradução: pluralidades*. Curitiba: CRV, 2019, p. 121-133.
- O'SHEA, José R. *Traduzindo Shakespeare para o português - Entrevista*. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2019/12/13/professor-de-literatura-fala-sobre-traduzir-shakespeare-em-novo-maestria/>.

- PEREIRA, Livya O.; OLIVEIRA, Leandra C. As formas de tratamento nominais e pronominais em Lope (2010): temporalidade linguística e verossimilhança. *Letra Magna*, ano 14, n. 23, p. 451-472, 2018. http://www.letramagna.com/artigos_23/artigo26_23.pdf.
- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2004.
- PETROLINI JR., Carlos D. Colocação dos pronomes clíticos. In: FANJUL, A. P.; GONZÁLEZ, N. M. *Espanhol e português brasileiro: estudos comparados*. São Paulo: Parábola, 2014, p. 51-71.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes, 1979 [1933].
- RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- SEIBANE, Sara G. Dificuldades morfosintáticas de lusohablantes en el aprendizaje de español: explicaciones desde la historia de la lengua. *Letra viva*, v.10, nº1, p. 85-108, 2010. https://www.academia.edu/2162789/Dificuldades_morfossint%C3%A1ticas_de_lusohablantes_e_n_el_aprendizaje_de_espa%C3%B1ol_explicaciones_desde_la_historia_de_la_lengua
- SSÓ, Ernani. Reflexões de um escudeiro de Cervantes. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução de Ernani Ssó. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012, p.11-23.
- VIEIRA, Maria A. da C. Apresentação de D. Quixote. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 09-24.

Recebido: 24/5/2021

Aceito: 14/8/2021

Publicado: 19/4/2022